



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-  
BRASILEIRA  
INSTITUTO DE HUMANIDADES  
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

**PAULO GABRIEL LIMA RODRIGUES**

**A COLONIALIDADE DE GÊNERO COMO CAUSA HISTÓRICA DA  
DESIGUALDADE LABORAL DE PESSOAS LGBTQIAPN+ NO BRASIL**

**ACARAPE/CE**

**2024**

**PAULO GABRIEL LIMA RODRIGUES**

**A COLONIALIDADE DE GÊNERO COMO CAUSA HISTÓRICA DA  
DESIGUALDADE LABORAL DE PESSOAS LGBTQIAPN+ NO BRASIL**

Projeto de Pesquisa apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira UNILAB.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Vitor Macêdo Pereira.

**ACARAPE/CE**

**2024**

**A COLONIALIDADE DE GÊNERO COMO CAUSA HISTÓRICA DA  
DESIGUALDADE LABORAL DE PESSOAS LGBTQIAPN+ NO BRASIL.**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao colegiado do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, do Instituto de Humanidades - IH, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.**

**Aprovado em: 28/11/2024**

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. Dr. Francisco Vítor Macêdo Pereira (Orientador, Presidente)**

**Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira -  
UNILAB**

---

**Profa. Dra. Luma Nogueira de Andrade (Examinadora)**

**Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB**

---

**Prof. Dr. Carlos Eduardo de Oliveira Bezerra (Examinador)**

**Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB**

# **A COLONIALIDADE DE GÊNERO COMO CAUSA HISTÓRICA DA DESIGUALDADE LABORAL DE PESSOAS LGBTQIAPN+ NO BRASIL**

## **RESUMO**

A discriminação com identidades de gênero e sexualidades dissidentes no Brasil é um problema sócio-histórico que se inicia desde a vinda dos colonizadores, que impuseram as suas normas culturais, religiosas e morais às populações indígenas já no período da invasão territorial. Instalou-se, desde então, até o tempo presente, aquilo que pesquisadores como Estevão Rafael Fernandes (2017) e María Lugones (2014) denominam como colonialidade de gênero e sexualidade, na impressão de preconceitos e violências diversas mediante a heterossexualização forçada. Desde então, com a instalação e a escalada da LGBTQIAPN+fobia no Brasil, vê-se, ainda no século XXI, muito preconceito, intolerância, discursos de ódio, desigualdade e violência. Isso acontece por se tratar de uma herança colonial, reproduzida, estruturada e fundamentada nas normas sociais ocidentais patriarcais e sexistas. Tendo em vista esse contexto estrutural de sexismo e LGBTQIAPN+fobia, com raízes históricas coloniais, sempre foi difícil a inserção e a permanência de pessoas LGBTQIAPN+ no mercado de trabalho. Isso se comprova nos processos seletivos e nos diversos ambiente de trabalho, nos quais pessoas LGBTQIAPN+ não são geralmente bem-vindes. O resultado histórico de toda essa LGBTQIAPN+fobia é a exclusão social, o desemprego, a falta de acesso a oportunidades e a toxicidade nos diversos ambientes e relações institucionais, além do adoecimento psicológico generalizado da população LGBTQIAPN+.

**Palavras-chave:** colonização; LGBTQIAPN+fobia; mercado de trabalho; preconceito.

## **GENDER COLONIALITY AS A HISTORICAL CAUSE OF LABOR INEQUALITY FOR LGBTQIAPN+ PEOPLE IN BRAZIL**

## **ABSTRACT**

Discrimination against dissident gender identities and sexualities in Brazil is a socio-historical problem that began with the arrival of colonizers, who imposed their cultural, religious and moral norms on indigenous populations since the period of territorial invasion. Researchers such as Estevão Rafael Fernandes (2017) and María Lugones (2014) call this the *coloniality of gender and sexuality*, that has been established to this day, in the form of prejudice and various forms of violence through forced heterosexualization. With the emergence and

dissemination of LGBTQIAPN+phobia in Brazil, much prejudice, intolerance, hate speech, inequality and violence can still be seen in the 21st century. This is because it is a colonial legacy, reproduced, structured and based on patriarchal and sexist Western social norms. Given this structural context of sexism and LGBTQIAPN+phobia, with historical colonial roots, it has always been difficult for LGBTQIAPN+ people to enter and remain in the job market. This is evident in the selection processes and in the various work environments, in which LGBTQIAPN+ people are generally not welcome. The historical result of all this LGBTQIAPN+ phobia is social exclusion, unemployment, lack of access to opportunities and toxicity in various environments and institutional relationships, in addition to the widespread psychological illness of the LGBTQIAPN+ population.

**Keywords:** colonization; LGBTQIAPN+phobia; job market; prejudice.

## SUMÁRIO

|     |                                                                                                                                               |    |
|-----|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 1   | APRESENTAÇÃO.....                                                                                                                             | 7  |
| 2   | OBJETIVOS.....                                                                                                                                | 9  |
| 2.1 | Objetivo Geral.....                                                                                                                           | 9  |
| 2.2 | Objetivos Específicos.....                                                                                                                    | 9  |
| 3   | JUSTIFICATIVA.....                                                                                                                            | 10 |
| 4   | PROBLEMATIZAÇÃO.....                                                                                                                          | 11 |
| 5   | REFERENCIAL TEÓRICO.....                                                                                                                      | 13 |
| 5.1 | A colonização das sexualidades dos povos indígenas no Brasil: o surgimento da discriminação com sexualidades dissidentes.....                 | 13 |
| 5.2 | A intolerância do período colonial ao pós-colonial: o processo de heterossexualização da nação e a manutenção da colonialidade de gênero..... | 15 |
| 5.3 | A desigualdade e a discriminação de pessoas LGBTQIAPN+ no mercado de trabalho no Brasil.....                                                  | 16 |
| 6   | METODOLOGIA.....                                                                                                                              | 19 |
| 7   | CRONOGRAMA.....                                                                                                                               | 20 |
|     | REFERÊNCIAS.....                                                                                                                              | 21 |

## 1 APRESENTAÇÃO

O presente Projeto de Pesquisa tem como objetivo geral discutir sobre o processo de colonização de gênero, seu conceito e sua origem, relacionado ao surgimento da discriminação com identidades de gênero e sexualidades dissidentes no Brasil, compreendido igualmente como uma das causas históricas da desigualdade laboral de pessoas LGBTQIAPN+ no Brasil.

A sociedade brasileira é marcada por padrões e papéis de gênero definidos para cada gênero, onde existem padrões e expectativas de performances e comportamentos impostos pela sociedade, marcados por estereótipos, determinando o que se espera do que o que é ser homem ou mulher, heterossexual ou homossexual. A nossa estrutura social é marcada pela hegemonia do cis-heteropatriarcado, em que a heterossexualidade masculina cisgênero tem dominação em relação às demais identidades de gênero e orientações sexuais. Tais valores normativos têm como base e fundamento a herança colonial. São evidenciados os padrões que são postos para as pessoas na sociedade.

Homem não deve usar roupas justas, mulher não deve usar cabelo curto, homem não deve usar maquiagem, mulher deve usar saia ou vestido, menino deve brincar com menino, menina deve brincar com menina. Essas expectativas quando são quebradas ou não são tão seguidas à risca, já dizem que a pessoa não é homem ou mulher, dizem serem menos homem ou mulher e também dizem ser gay, lésbica ou trans. Esses padrões são estabelecidos e fundamentados tendo como base a participação de vários agentes da colonização nas estruturas sociais, onde Estevão Rafael Fernandes diz que.

Admito que isso pode parecer confuso, mas não é: trata-se de dizer que a colonização opera impondo aos colonizados, por meio de práticas institucionais que se baseiam em pressupostos morais, religiosos, científicos, acadêmicos, filosóficos, políticos, sociais etc., um conjunto de regras que busca reproduzir, nos corações e almas dos colonizados, as lógicas que movem a sociedade colonizadora. O que quero enfatizar, aqui, é que tal imposição não opera em um plano discursivo, etéreo e descolado da realidade dessas populações; muito pelo contrário: ele faz parte do cotidiano, tem lugar, cara, rosto, voz... é a imposição de um casamento hetero, com um casal formado por um par de genitálias diferentes que possa ter filhos devidamente batizados. Ao filho que tem pênis, será dado um nome masculino e serão ensinados comportamentos “de homem”, terá cabelo curto e deverá aprender a usar calças desde cedo; à que tiver uma vagina, um nome feminino e longos cabelos, desde logo aprenderá o lugar que lhe cabe em sua sociedade – de reprodutora, submissa, obediente (Fernandes, 2017, p. 15).

Como se pode ver, são várias as práticas institucionais e pressupostos da colonização e da colonialidade que operam impondo normativas sobre os gêneros e sexualidades dissidentes que fogem do padrão da cis-heteronormatividade, tolhendo assim identidades e subjetividades.

## **2 OBJETIVOS**

### **2.1 Objetivo Geral**

Compreender o processo da colonialidade de gênero no Brasil e a sua ligação com a causa histórica da desigualdade laboral de pessoas LGBTQIAPN+ no Brasil.

### **2.2 Objetivos Específicos**

- Compreender o processo de colonização de gênero, discutindo a imposição de normas de gênero e sexualidade desde o período do Brasil Colonial.
- Analisar como a herança colonial influencia a desigualdade laboral de pessoas LGBTQIAPN+.
- Discutir como a manutenção da colonialidade opera como agente causador da discriminação no mercado de trabalho e as suas consequências.

### 3 JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Pesquisa tem a importância de discutir sobre o processo de colonização de gênero, assim trazendo uma abordagem sobre a LGBTQIAPN+fobia estrutural na sociedade brasileira, buscando compreender como essas dinâmicas discriminatórias influenciam as violências e desigualdades no mercado de trabalho com pessoas LGBTQIAPN+.

O interesse na temática desse Projeto de Pesquisa advém pela necessidade e demanda da temática de gênero e sexualidade serem pautados através da decolonialidade, a fim de compreender a LGBTQIAPN+fobia estrutural na sociedade brasileira, seu surgimento e a atuação dos agentes causadores da desigualdade laboral de pessoas LGBTQIAPN+ no Brasil, pois não tem como se debater um problema estrutural sem se falar da sua origem e contexto sócio-histórico-cultural. Discutir esse problema social do mercado de trabalho desse modo é crucial para conhecer a raiz desse problema, assim compreendendo-o e os meios para solucioná-lo.

Na condição de um homem gay pertencente à comunidade LGBTQIAPN+, cursando Bacharelado em Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, pesquisador de gênero e sexualidade e Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) de Humanidades e Letras da UNILAB, espero contribuir com o grupo social ao qual pertenço, levando representatividade e voz nessa luta através da pesquisa desse trabalho acadêmico.

Enquanto contribuição para o conhecimento no campo das Humanidades, a temática do Projeto de Pesquisa tem como proposta a perspectiva decolonial, indo em alinhamento com a proposta do Projeto Pedagógico Curricular – PPC do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades – BHU. Contribuindo assim para estudos e pesquisas da linha de gênero e sexualidade sobre o mercado de trabalho.

#### 4 PROBLEMATIZAÇÃO

No Brasil, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE sobre os números do desemprego referentes ao 1º trimestre de 2024, a quantidade de desempregados (desocupados) era de 8,6 milhões de pessoas; com uma taxa de desemprego (desocupação) constando 7,9%; já a taxa de desalentados era 3,6 milhões de pessoas <sup>1</sup>, onde são pessoas que gostariam de trabalhar e estariam disponíveis, porém não procuram trabalho por acharem que não encontrariam; enquanto a taxa de subutilização estava em 17,9%, onde engloba os desocupados, aqueles na força de trabalho potencial e os subocupados por insuficiência de horas. Ainda de acordo com o IBGE, as divisões do mercado de trabalho da população brasileira no 1º trimestre de 2024 estava em<sup>2</sup>: 100.203 mil pessoas ocupadas; 8.623 mil pessoas desocupadas; 66.893 mil pessoas fora da força de trabalho. Nas divisões do mercado de trabalho, temos um grupo onde é de se chamar a atenção, os “desalentados”. São vários os motivos que levam as pessoas à desistência de procurar trabalho, entre eles: não encontrar trabalho; não conseguir trabalho adequando; não conseguir trabalho por ser considerado muito jovem ou idoso; não ter experiência profissional ou qualificação.

Esses levantamentos realizados pelas coletas de dados do IBGE sobre o desemprego e as divisões do mercado de trabalho são relevantes e necessários para saber, por exemplo, a quantidade de pessoas ocupadas, desocupadas, desalentadas e também as definições do perfil de cada pessoa e qual grupo ocupam. Esses índices faz-se compreender que algumas pessoas têm um emprego e renda, onde consequentemente terão algum acesso ao consumo de produtos/serviços; enquanto outras não têm um emprego e renda, onde consequentemente não terão acesso ao consumo de produtos/serviços ou se terá, será de forma limitada.

Essa pesquisa do IBGE <sup>3</sup> foi realizada com a população geral. Onde ela não abrange os marcadores sociais de gênero e sexualidade dessas pessoas. A população tem gênero e sexualidade, ainda mais quando estamos falando sobre essas identidades de gênero e orientações sexuais dissidentes, onde é necessário indicadores para que sejam feitas ações e políticas públicas. Onde essa situação em pleno ano de 2024, demonstra que essa entidade da administração pública federal possui falhas nesse quesito e é necessário a mudança disso, de forma que esses marcadores sociais sejam implementados nesse indicador.

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 31 de jul. de 2024.

<sup>2</sup> Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 31 de jul. de 2024.

<sup>3</sup> Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 31 de jul. de 2024.

Faz-se necessária essa indagação, levando em conta gênero e sexualidade, a fim de se saber a realidade social dessas pessoas quanto à sua empregabilidade. Por que algumas pessoas, com a mesma qualificação, conseguem mais facilmente emprego e outras não? Será que a identidade de gênero e a orientação sexual influenciam quanto a isso? Como vivem as pessoas LGBTQIAPN+ desempregadas? Trabalham como autônomas? Recebem ajuda de familiares? Recebem Bolsa Família? Será que todas acessam o programa social? É necessário fazer esse exercício de reflexão e problematização dessas questões e fatores sociais.

No ambiente do mercado de trabalho, outro fenômeno observável é o famoso “quem indica” (QI), conhecido na linguagem popular como “peixada”, que é quando alguém consegue a vaga por ter uma rede de contatos influentes, por serem amigos e familiares e não pelo envio de currículo ou pelo processo seletivo de entrevista. Nessa forma de contratação, o profissional indicado pode não ter as competências, habilidades e qualificações necessárias para ocupar determinada função. Será que a pessoa ser heterossexual e cis não conta na hora de fazer uma indicação? E se for um gay, uma lésbica, um homem trans, uma mulher trans? Será que seriam indicados. Às vezes, a pessoa consegue a indicação por favor, mas não tem competência nem qualificação, porém é hetero-cis; enquanto o LGBTQIAPN+ tem as competências necessárias, cursos, nível superior e, ao ser analisado o currículo e ir para a etapa da entrevista, recebe o informe do tipo “seu currículo é ótimo, mas não será possível a contratação”. O QI não só é uma forma de furar a fila do processo seletivo, mas também um método discriminatório, por meio do qual são notáveis certas funções e posições serem ocupadas majoritariamente por grupos hegemônicos privilegiados.

## 5 REFERENCIAL TEÓRICO

### 5.1 A colonização das sexualidades dos povos indígenas no Brasil: o surgimento da discriminação com sexualidades dissidentes

Ao se falar do surgimento da discriminação com sexualidades dissidentes no Brasil e a relação desse preconceito com a causa histórica da desigualdade laboral de pessoas LGBTQIANP+, é preciso saber que esse problema começa a existir no Brasil quando dar-se o processo de invasão e dominação colonial portuguesa. Onde Estevão Rafael Fernandes aborda que:

O ódio às sexualidades indígenas é fruto do ego conquistador europeu, masculino, heteronormativo e cristão e que fez história em nosso continente, formando uma parte abnegada de quem somos e que nos divide entre, de um lado, aqueles que consideram a homossexualidade anormal e xs outrxs que buscam ser melhores do que a herança maldita da homofobia que o processo colonizador legou a todxs (Fernandes, 2017, p. 15).

A LGBTQIANP+fobia é uma herança da colonização que veio para o Brasil nas caravelas. Nesse processo, quando os colonizadores invadiram essas terras, impuseram suas normas culturais, religiosas, morais, filosóficas, políticas e sociais às populações indígenas dos territórios brasileiros. A discriminação, o preconceito, a violência, apagamento e invisibilidade contra formas plurais de modos de viver gênero, sexualidade e família são estruturadas na fundamentação do viés eurocêntrico e cristão a partir da compreensão limitada e da imposição do binarismo dos colonizadores.

Ao falar sobre a discriminação com sexualidades dissidentes no Brasil é preciso compreender que foram os povos indígenas, as primeiras vítimas a morrerem e sofrerem essas violências de ódio e intolerância. No período do Brasil colonial, à medida que esse processo de invasão territorial acontece, ocorre a colonização de gênero e sexualidade, surgindo assim o preconceito, discriminação, intolerância e ignorância. Onde María Lugones diz que:

Eu compreendo a hierarquia dicotômica entre o humano e o não humano como a dicotomia central da modernidade colonial. Começando com a colonização das Américas e do Caribe, uma distinção dicotômica, hierárquica entre humano e não humano foi imposta sobre os/as colonizados/as a serviço do homem ocidental. Ela veio acompanhada por outras distinções hierárquicas dicotômicas, incluindo aquela entre homens e mulheres. Essa distinção tornou-se a marca do humano e a marca da civilização. Só os civilizados são homens ou mulheres. Os povos indígenas das Américas e os/as africanos/as escravizados/as eram classificados/as como espécies não humanas – como animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens. O homem

européu, burguês, colonial moderno tornou-se um sujeito/agente, apto a decidir, para a vida pública e o governo, um ser de civilização, heterossexual, cristão, um ser de mente e razão. A mulher europeia burguesa não era entendida como seu complemento, mas como alguém que reproduzia raça e capital por meio de sua pureza sexual, sua passividade, e por estar atada ao lar a serviço do homem branco europeu burguês. A imposição dessas categorias dicotômicas ficou entretecida com a historicidade das relações, incluindo as relações íntimas (Lugones, 2014, p. 936).

O primeiro caso documentado de morte por homofobia no Brasil trata-se de Tibira do Maranhão, um indígena Tupinambá que foi assassinado por conta de sua orientação sexual em 1613 por religiosos da Igreja Católica em missão no Brasil no período colonial. Onde João Silvério Trevisan traz:

Na mesma discussão dos jovens indígenas LGBT, foi mencionado o martírio de um índio Tupinambá, conhecido como Tibira, em São Luís do Maranhão, no ano de 1613. Num opúsculo em celebração ao IV Centenário da sua execução, os autores Luiz Mott e Ayrton Ferreira chamaram o índio sodomita de São Tibira, indicando que se tratou do primeiro crime homofóbico documentado no Brasil.<sup>33</sup> Chamado de “índio bruto, mais cavalo do que um homem”, o Tupinambá sodomita foi caçado e amarrado à boca de um canhão, cujo tiro o estraçalhou, no forte de São Luís, sob os auspícios do missionário francês Yves d’Évreux, que pretextou a necessidade de “purificar a terra das suas maldades”. Num livro sobre sua viagem ao Brasil, publicado à época na Europa, o frade descreveu com crueza como “imediatamente a bala dividiu o corpo em duas porções, caindo uma ao pé da muralha, e outra no mar, onde nunca foi encontrada” (Trevisan, 2018, p. 565).

De acordo com o Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil do ano de 2013 realizado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, o Brasil vive um movimento contraditório em relação aos direitos humanos da população LGBTQIAPN+. De um lado conquistas de direitos historicamente resguardados e o aprofundamento do debate público sobre a existência da diversidade de formas de ser e se relacionar, por outro vemos o contínuo quadro de violência e discriminação que a população LGBTQIAPN+ vive cotidianamente na sociedade brasileira. Apesar dos avanços sociais com essas conquistas de direitos da população LGBTQIAPN+, ainda existe muita violência e discriminação com esse grupo. Por meio dessas informações da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, pode-se observar que a sociedade brasileira é estruturalmente LGBTQIAPN+fóbica.

Para entender o problema da LGBTQIAPN+fobia na sociedade brasileira nos dias de hoje, é necessário conhecer e compreender o contexto sócio-histórico do período colonial, a sua relação com a colonização dos gêneros e sexualidades dos povos indígenas, onde o

preconceito passa a adentrar esse território, explicando a LGBTQIAPN+fobia com indígenas LGBTQIAPN+, mas também com as demais pessoas LGBTQIAPN+ não indígenas, entendendo as violências que afetam pessoas LGBTQIAPN+ e indígenas.

Podemos de acordo com Estevão Rafael Fernandes e María Lugones compreender sobre o processo de colonização de gênero e sexualidade, onde refere-se como essas dinâmicas coloniais de viés eurocêntrico e cristão moldaram e continuam a moldar as normas e estruturas sociais relacionadas ao gênero, sexualidade e família.

## **5.2 A intolerância do período colonial ao pós-colonial: o processo de heterossexualização da nação e a manutenção da colonialidade de gênero**

Anteriormente, compreendemos sobre o processo e conceito da colonização de gêneros e sexualidades no Brasil colônia, com base na visão eurocêntrica e cristã do colonizador que impôs suas normas sociais.

O processo de heterossexualização da nação compreende-se como a “colonização das sexualidades indígenas”, ou seja, é a “heterossexualização indígena”. Nesse sentido, segundo Estevão Rafael Fernandes (2017, p. 23).

Assim, ao usar o termo *colonização das sexualidades indígenas*, refiro-me preliminarmente a processos de heterossexualização compulsória e heteronormatividade daqueles povos, tendo por base pressupostos científicos, teológicos, sociais e culturais e a partir de dispositivos articulados aos discursos e práticas religiosas, civilizatórias, acadêmicas e/ou políticas (Fernandes, 2017, p. 23, grifos do original).

Podem achar que esse processo de heterossexualização compulsória e imposição da heteronormatividade ocorreu somente no período da colonização do Brasil e com os povos indígenas, mas essa ação não se restringe aos povos indígenas, onde isso ocorre com LGBTQIAPN+ não indígenas e segue em curso. A colonização das sexualidades e LGBTQIAPN+fobia não acabaram com a Independência do Brasil em 07 de setembro de 1822. A independência política do país não foi sinônimo de abolição das normas sociais preconceituosas do colonizador, pois essas normas foram impostas e aqui ficou decidindo sobre corpos LGBTQIAPN+ nas diversas esferas sociais. O processo de colonização ainda tem influência nas expressões dos gêneros, sexualidades, famílias e corpos. A colonialidade

de gênero é a influência que as normas sociais eurocêtricas e cristãs impostas no colonialismo ainda exercem perpetuando estruturas de poder e dominação sobre gêneros, sexualidades e famílias que são fora do padrão hegemônico do cis-heteropatriarcado. Nesse sentido, segundo Estevão Rafael Fernandes. (2017, p. 14-15).

Em primeiro lugar, uma das coisas que vou buscar demonstrar aqui é que vários povos indígenas no Brasil aceitavam, sem maiores problemas, um conjunto de práticas as quais o colonizador viria a se opor, por relacioná-las a determinados pecados, vícios, patologias etc., conforme seu tempo. Entretanto, à medida que a colonização avançava, avançavam também os preconceitos e visões de mundo do colonizador e, mais que isso: avançavam práticas em cuja base residiam visões de mundo – religiosas, filosóficas, científicas – a partir das quais diversas instituições funcionavam, a fim de impor a essas coletividades um sistema moral no qual a sociedade colonizadora se baseava – e ainda se baseia (Fernandes, 2017, p. 14-15, grifos do original).

Como podemos ver, nas comunidades indígenas não existia preconceitos e existia aceitação dos gêneros, sexualidades e famílias entre os povos originários. À medida que a colonização avançava e o colonizador vai implantando suas normas, os preconceitos, intolerâncias e discriminações passam a serem problemas que começam a surgirem e modificando a dinâmica das comunidades dos povos indígenas e também influenciando nas estruturas da sociedade brasileira.

### **5.3 A desigualdade e a discriminação com pessoas LGBTQIAPN+ no mercado de trabalho no Brasil**

O surgimento da LGBTQIAPN+fobia na sociedade brasileira tem como origem a colonização, onde a colonialidade de gênero é a causa dessa discriminação ser estrutural nas diversas esferas da sociedade, pois mesmo após o fim formal do colonialismo, segue em continuidade as estruturas econômicas, políticas e culturais com raízes coloniais.

A população LGBTQIAPN+ sofre violências e são vítimas da desigualdade e subalternização nos diversos espaços da sociedade, como na: família, amizades, religiões, estabelecimentos comerciais, estabelecimentos de saúde, escola, universidade, política. No mercado de trabalho e na empregabilidade a situação não é diferente.

Estamos inseridos no sistema capitalista, onde esse modelo econômico opera com mecanismos que são discriminatórios com pessoas LGBTQIAPN+, gerando desigualdades sociais com essa população. Onde Moisés Santos de Menezes diz que:

O preconceito e discriminação contra a população LGBT não se institui no modo de produção capitalista, porém, é preciso compreender que esse modo de produção se apropria de parâmetros específicos de opressões direcionadas às reconhecidas “minorias sociais” para justificar a sobreposição de determinada classe sobre outra, contexto esse não diferente da forma como o sistema capitalista busca “desvalorizar” e não legitimar a orientação sexual e/ou identidade de gênero que diferem dos padrões heteronormativos a partir da homofobia, transfobia, sexismo, racismo e etc. (Menezes, 2018, grifos do original)

O modelo econômico do sistema capitalista é pautado no viés opressor com a classe dominada, onde essas ideias são essenciais para a existência e perpetuação do capitalismo, pois assim mantem os privilégios da classe dominante, mantendo sua hegemonia, poder e dominação. Onde segundo Moisés Santos de Menezes.

O sistema de produção capitalista é reconhecido como o modo de produção racista-patriarcal-heteronormativo-capitalista, sendo estruturado pelas relações de classe, “raça”, gênero e sexualidade. Essa ideologia decorrente da integração dialética entre a dimensão que compõe esse sistema é fundamental para a reprodução e perpetuação do mesmo, uma vez que naturaliza as opressões e explorações decorrentes desse sistema, muitas das vezes invisibilizadas pela decorrente naturalização advindas da alienação reinante nesta sociedade. (Menezes, 2018, grifos do original).

O ambiente de trabalho é um local marcado por desigualdades e preconceitos com pessoas LGBTQIAPN+, onde essas pessoas enfrentam diversos obstáculos e barreiras, onde Moisés Santos de Menezes afirma que: “o preconceito e a discriminação contra os sujeitos que vivenciam práticas afetivas e sexuais que divergem dos padrões heteronormativos são situações bastante presentes no mercado de trabalho” (Menezes, 2018, grifos do original).

No mercado de trabalho, o preconceito e a discriminação com as pessoas LGBTQIAPN+, ocorrem em diferentes fases e momentos, iniciando no processo seletivo e entrevista. Medeiros (2007 apud Menezes, 2018) destaca quatro diferentes momentos nos quais esse fenômeno se apresenta; a saber: a) na fase pré-contratual; b) fase contratual; c) desligamento do emprego; e d) pós-contrato. Na fase pré-contratual a discriminação se dá por ocasião da admissão do empregado, nesse momento a discriminação acontece muitas vezes

por meio de questionamentos e investigações sobre a vida privada do empregado, visando com esse procedimento verificar se o trabalhador é ou não homossexual.

Algumas pesquisas acadêmicas fizeram o mapeamento e análise do preconceito e discriminação com pessoas LGBTQIAPN+ no mercado de trabalho no Brasil, onde Moisés Santos de Menezes traz no artigo “LGBT E MERCADO DE TRABALHO: UMA TRAJETÓRIA DE PRECONCEITOS E DISCRIMINAÇÕES” dados e relatos de alguns pesquisadores.

Uma pesquisa realizada por Siqueira, Ferreira e Zaul em 2006 no Distrito Federal, teve a participação de nove homens gays que vivenciaram situações preconceituosas e discriminatórias no trabalho, onde foi observado que é uma situação muito presente, principalmente com os homens gays “afeminados” onde o preconceito se manifesta através da violência, que pode ser psicológica, física, patrimonial e verbal, onde são proferidos termos pejorativos que desqualificam e desumanizam essas pessoas.

Com as mulheres lésbicas a realidade não é diferente, em uma pesquisa realizada Irigaray e Freitas no ano de 2011 em empresas da rede pública e privada do Rio de Janeiro e São Paulo, foi ouvida 18 mulheres lésbicas, onde foi relatado o agravante de sofrerem o preconceito de forma dupla, em relação ao seu gênero (mulher) e a orientação sexual (lésbica), todas relatam que foram vítimas de discriminação no trabalho, tendo assim como estratégia de sobrevivência, assim como as dos homens gays, omitir a orientação sexual. Algumas entrevistadas também relataram que mesmo não fazendo a revelação de sua orientação sexual, foram percebidas como lésbicas pelos colegas, sendo vítimas de exclusão e isolamento.

Em relação as pessoas trans, o preconceito é bem maior. Uma pesquisa de 2015 realizada por Bonassi na cidade de Santa Catarina, identificou o perfil, formas e tipos de violências vivenciadas por pessoas trans. 90,3 das entrevistadas tinham trabalho; destas, 58% trabalhavam através da prostituição; 77,4% não possuíam carteira de trabalho assinada e 74,2% não contribuía com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Já no ambiente de trabalho, as violências físicas e psicológicas tiveram ocorrência de 37%, 36% relataram ausência de acesso a serviços, 18% passaram pela situação de assédio moral, desses 53% foram cometidos por colegas de trabalho, 25% por chefes e 52% pelos clientes.

## 6. METODOLOGIA

O Projeto de Pesquisa tem como técnica de pesquisa o método qualitativo. De acordo com Creswell (2007), a metodologia qualitativa envolve informações como narrativas, fenomenologias, etnografias, estudos baseados em teoria ou estudos de teoria embasada na realidade; através dessa técnica será abordado sobre o conceito e processo da colonização e colonialidade de gênero, o surgimento da LGBTQIAPN+fobia no Brasil, o processo de heterossexualização da nação, casos e situações de discriminação no ambiente de trabalho com gays, lésbicas e trans, constatando a LGBTQIAPN+fobia estrutural na sociedade brasileira e seus impactos no mercado de trabalho.

O trabalho partirá de uma pesquisa bibliográfica, realizando uma revisão da literatura sobre os conceitos centrais sobre o processo de colonização e colonialidade de gênero, a LGBTQIAPN+fobia estrutural no Brasil e a desigualdade e discriminação com pessoas LGBTQIAPN+ no mercado de trabalho. Sendo assim, a fundamentação teórica dessa pesquisa conta com as referências do livro *“Existe índio gay?” A colonização das sexualidades indígenas no Brasil* de Estevão Rafael Fernandes (2017), o artigo *Rumo a um feminismo decolonial* de María Lugones (2014) e do artigo *LGBT e Mercado de Trabalho: uma trajetória de preconceitos e discriminações* de Moisés Santos de Menezes (2018).



## REFERÊNCIAS

- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Desemprego**. Rio de Janeiro, RJ. 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 31 jul. 2024.
- Fernandes, Estevão Rafael. **“Existe índio gay?”: a colonização das sexualidades indígenas no Brasil**. Curitiba: Editora Prismas, 2017.
- Lugones, María. **Rumo a um feminismo decolonial**. [S. I.]. Revista Estudos Feministas. 2014.
- Trevisan, João Silvério. **Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: EDITORA SCHHWARCZ S.A, 2018.
- Menezes, Moisés Santos de. **LGBT e Mercado de Trabalho: uma trajetória de preconceitos e discriminações**. [S. I.]. [s. n.]. 2018. Disponível em: [http://www.editorarealize.com.br/editora/ebooks/conquer/2018/TRABALHO\\_EV106\\_MD1\\_SA7\\_ID186\\_04032018135735.pdf](http://www.editorarealize.com.br/editora/ebooks/conquer/2018/TRABALHO_EV106_MD1_SA7_ID186_04032018135735.pdf). Acesso em: 11 out. 2024.
- TI INSIDE ONLINE. **O QI ("Quem Indica") acentua discriminação no mercado de trabalho**. [S. I.]. [s. n.]. 06 jun. 2023. Disponível em: <https://tiinside.com.br/06/06/2023/o-qi-quem-indica-acentua-discriminacao-no-mercado-de-trabalho/>. Acesso em: 09 maio. 2024.
- Creswell, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2007.